

ENTREVISTA

**Por uma  
“(r)existência em tempos sombrios”:  
entrevista com o Professor Dr.  
Marco José de Oliveira Duarte**

Carla Cristina Lima de Almeida\*

Professor adjunto IV, pesquisador e extensionista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Marco José de Oliveira Duarte é docente dos Cursos de Graduação em Serviço Social, Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização em Serviço Social e Saúde e Especialização Integrada em Saúde Mental na Modalidade Residência Integrada e Multiprofissional em Saúde Mental) e Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado/Doutorado em Serviço Social do PPGSS/UERJ. É Doutor em Serviço Social pela UERJ e Pós-doutor em Políticas Sociais e Cidadania na Universidade Católica de Salvador.

O professor Marco José Duarte tem uma vasta experiência na área de Serviço Social, Saúde Mental e Saúde Coletiva, com ênfase, respectivamente, em Serviço Social na Saúde, Saúde Mental, Drogas e Atenção Psicossocial, Processo de Trabalho em Saúde e Ciências Sociais e Humanas em Saúde, atuando principalmente nos temas do serviço social, saúde coletiva, saúde mental, drogas, atenção psicossocial, família, subjetividade, religiosidade, diversidade sexual e de gênero e direitos humanos. Coordena o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da UERJ – NEPS e é líder do grupo no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Tutor do Programa de Educação para o Trabalho em Saúde/Saúde Mental, Álcool, Crack e outras Drogas – PET-Saúde – Saúde Mental da UERJ/ Ministério da Saúde, no período de 2011-2012, foi Coordenador do PET-Saúde – Redes de Atenção à Saúde (Rede de Atenção Psicossocial – RAPS) da UERJ, no período de 2013-2015, e desde 2016 é coordenador do grupo do Serviço Social no PET-Saúde – GraduaSUS da UERJ até o ano de 2018.

\* Doutora em Ciências Sociais. Membro do Comitê Editorial da Revista Em Pauta e professora associada da Faculdade de Serviço Social/UERJ. *Correspondência:* Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Serviço Social. Rua São Francisco Xavier, 524/ sl. 8017, bloco D – Maracanã - Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20550-900. *Email:* <carlacristina.almeida@yahoo.com.br>.

Esteve à frente da criação do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS UERJ –, onde desenvolveu atividades de supervisão acadêmica e clínico-institucional.

É também coordenador Adjunto do Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-Americanos (PROAFRO-CCS/UERJ) e líder do grupo de pesquisa PROAFRO no Diretório do CNPq. Foi membro do Conselho Estadual de Direitos da População LGBT do Rio de Janeiro (2012-2014) e do Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Intolerância e Discriminação Religiosa para Promoção dos Direitos Humanos da SEASDH-RJ (2012-2014). Integrou a fundação da Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos do Rio de Janeiro e integra o Núcleo Estadual do Movimento da Luta Antimanicomial do Rio de Janeiro (NEMLA-RJ/MNLA).

Possui diversos livros e artigos publicados que revelam sua rica experiência na produção de conhecimento, formação profissional e militância política em torno do campo da diversidade sexual e de gênero, saúde mental e drogas, religiosidade e direitos humanos. A entrevista com o professor Marco José Duarte expressa a tenacidade das lutas e resistências que marcam nossa história recente na defesa dos direitos humanos e políticas públicas no Brasil.

**EP** – Como você avalia a “onda conservadora” que tomou conta do Brasil e de outros países no cenário mundial? Que expectativas podemos ter para um horizonte futuro?

É interessante o significante “onda” e ainda mais associado ao conservadorismo. Mostra *per se* um processo, uma mudança, um trânsito que estamos experimentando no presente. Como se estivéssemos num barco em uma direção e fomos, meio que surpreendentemente, pegos. O que não é e nem foi assim. Para mim, que sou morador de periferia, a convivência territorial e com diversos sujeitos, visões de mundo, biografias e narrativas, mostra que esse nicho conservador, na minha leitura, só se ampliou, tomou a esfera pública. O que quero dizer com isso? É como se houvesse uma publicização. As pessoas se revelaram pelo seu discurso e pelas suas ações práticas, e com isso agenciaram fluxos, redes, coletivos, sendo formais ou não. O campo das ideias, sob o signo da multiplicidade e da diferença, em tempos democráticos, permitiu que esse conservadorismo, latente, se potencializasse. Lembro agora de um livro da Hannah Arendt, *Homens em tempos sombrios*, que reúne ensaios biográficos de pessoas que viveram os ‘tempos sombrios’ da primeira metade do século XX, marcados pela emergência do totalitarismo na forma do nazismo e do stalinismo. Mergulhando em mundos internos tão díspares como os de Hermann Broch e João XXIII, Rosa Luxemburg

burgo e Jaspers, Isak Dinesen e Bertold Brecht, Heidegger e Walter Benjamin, Hannah Arendt submete a uma reflexão os erros e acertos dessas personalidades, suas culpas e vitórias, responsabilidades e irresponsabilidades perante a realidade que enfrentaram. A beleza desses relatos reside na sólida crença de Arendt na solidariedade e dignidade humanas, valores morais capazes de impedir o triunfo do niilismo e do totalitarismo numa época de experiências catastróficas. Arendt traça perfis biográficos de intelectuais que a fascinaram, e resistiram com capacidade crítica aos “tempos sombrios” do século XX. Nessa dialética entre luz e sombra, é possível afirmar que vivemos, historicamente, nos tempos sombrios de hoje. Se por um lado, a sociedade brasileira se vê a cada dia sobressaltada por variados golpes contra as instituições republicanas, contra as políticas públicas que visam garantir melhores condições de vida para nossa população, por um moralismo exacerbado e um tipo de nacionalismo pulsante; por outro lado, assumindo uma perspectiva internacional, isso não se dá de forma isolada, local. Há esse novo ciclo na esfera do capital, que vem se consolidando no mundo, mas nada é de forma tão tranquila, sem disputas, sem resistência, sem lutas. Há ambivalências nessa nova hegemonia, junto com os podres poderes, as vidas importam – consigna levada a cabo por vários movimentos sociais emancipatórios, e é nisso que reside os nossos enfrentamentos e resistências, apesar das descrenças, indiferenças e de retiradas de direitos conquistados por parte dos setores conservadores no exercício de gestão do aparelho de Estado.

**EP** – Os ataques conservadores se expressam nos mais distintos campos dos direitos básicos, como saúde, educação, assistência social e trabalho num quadro de muitos regressos nas conquistas construídas nas últimas décadas. Nos fale um pouco sobre esse cenário nas áreas da saúde mental e das drogas.

Penso que no campo da saúde mental e drogas, os avanços jurídicos, legislativos e políticos vieram, e é preciso marcar essa história no processo de democratização do país, no final dos anos de 1970 e começo de 1980. Um processo de baixo pra cima, já que tanto a Reforma Sanitária quanto a Psiquiátrica se caracterizaram enquanto movimentos sociais de oposição à Ditadura Civil-Militar, articulando trabalhadores/as e usuários/as por um novo projeto societário, de cunho sindical, popular e democrático. Lembro da consigna da época, “Saúde é Democracia”, no campo mais geral, como no campo da luta antimanicomial, “Por uma sociedade sem manicômios”, e nisso residia um projeto emancipatório. Mas tudo que se conquistou nesse setor não foi sem embate, sem disputa, sem luta. Ao contrário, construir as políticas públicas de saúde, saúde mental e drogas, nesse processo, era ao mesmo tempo reconstruir a democracia a partir da resistência, das orga-

nizações, da luta, e com ela, confrontos ocorreram com os setores privatistas, conservadores, religiosos e mesmo interno, no mesmo campo, entre nós trabalhadores/as. Portanto, em decorrência desse processo, digamos, de luta por hegemonia, em guerras de posição e de movimento, na correlação de forças, alianças, pactos ocuparam-se espaços públicos pela via da gestão tanto da política, como dos serviços, bem como no exercício do controle social, nos conselhos e conferências, além da formação e implantação/implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). Instituímos! E com isso, o processo até então instituinte foi se institucionalizando, e com ele novas questões e problemas, novas disputas, fissuras e cooptações. As conjunturas econômicas, políticas e sociais influenciaram e determinaram o desenho assistencial e estrutural dessas políticas públicas nesses anos. A questão que fica é: fizemos avançar o SUS? Sim, avançamos, nos seus princípios e diretrizes, nas normativas, no campo legislativo e jurídico que emolduram a política de saúde. Mas, com as contradições e ambiguidades de um sistema, seja pelo financiamento, pela gestão, e mesmo pela produção do cuidado e da atenção, incluindo aí também a formação pelo trabalho para a saúde num mundo do trabalho em constantes mudanças tecnológicas, reestruturações produtivas, etc. Mas, a bem da verdade no campo da saúde mental, conseguimos diminuir os leitos psiquiátricos de lógica manicomial, implementou-se uma rede de atenção psicossocial (RAPS), ampliando-se os novos dispositivos técnico-assistenciais, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) para adultos com transtorno mental, para infanto-juvenil (CAPSi), para o campo de álcool e outras drogas (CAPSad), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), as Unidades de Acolhimento (UA) para adultos e infanto-juvenil, as estratégias de reabilitação psicossocial e de desinstitucionalização, a relação com a Atenção Básica pela via das Estratégias de Saúde da Família e dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, como também com a rede de emergência e urgência, etc. Podemos criticar várias coisas desse processo nos últimos anos, em particular, a parceria público-privada, com as Organizações Sociais e Fundações; a garantia de cobertura e acessibilidade, com reflexo também na precarização do trabalho de alguns dispositivos. Mas agora, nesse momento, a ameaça, no contexto do golpe e dos retrocessos, é com a volta dos manicômios, seja pela via das internações como única resposta à crise, o que fere a Lei Federal n. 10.216/01, como o mais preocupante, com as internações compulsórias forçadas para os casos de uso prejudicial de álcool e outras drogas, como em particular a população em situação de rua, em parceria com as Comunidades Terapêuticas que em sua maioria são dirigidas pelos setores religiosos, conservadores e moralistas, com denúncias de violação de direitos e violências. Cabe destacar que se antes mesmo da institucionalização do golpe esses setores entraram sobremaneira na RAPS, a partir da Portaria GM/MS n. 3088/11, por acordos e pactos na gestão executiva nacional, também foram e ainda são financiados pelo poder público e tem crescido assustadoramente. Nesse momento, a luta se dá contra a

redução dos equipamentos assistenciais instituídos pela Reforma Psiquiátrica, como os CAPS em suas diferentes modalidades, com a consigna “nenhum serviço a menos”, apesar dessa privatização do setor que se estende também às unidades da Saúde da Família. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, mas isso está ampliado em várias partes do país, as unidades de saúde e saúde mental e drogas são gerenciadas por OSs, com tudo que isso significa no mundo do trabalho e da saúde em particular. Veja onde, contraditoriamente, encontra-se atualmente esse setor e seus/suas trabalhadores/as. Tempos sombrios, no dizer de Arendt, no campo da saúde mental e drogas. Ver e resistir, de forma coletiva, contramaré, aos ditames conservadores que são impostos pelas gestões nacional, estaduais e municipais da saúde, no que tange ao trato aos usuários e seus familiares, mas também aos seus trabalhadores, restringindo direitos e retrocedendo políticas.

EP – Recentemente o governo do município do Rio de Janeiro promoveu iniciativas que limitam e ou impedem a livre manifestação de grupos religiosos de matriz africana. Também observamos atitudes da sociedade em geral de extrema intolerância a grupos LGBT, aumento do número de feminicídios num contexto de violência e erradicação das “classes perigosas”. Como você avalia que essas situações podem produzir (des)entendimentos sobre o outro e nossas diferenças?

Estamos vivendo um momento de radicalidade da alteridade. Como disse anteriormente, tomando a Arendt, as pessoas vêm se revelando pelo seu discurso e pelas suas ações práticas. E digo isso de forma muito tranquila, por pertencer a todos esses setores que vem sofrendo no corpo, ou no termo que gosto muito do Agamben (em suas reflexões em *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*, na vida nua (e cruel). Sou sacerdote do candomblé, sou “bixa-ativista”, sou da periferia, sou filiado ao partido socialismo e liberdade, sou militante da luta antimanicomial, antiproibicionista e abolicionista. Ou seja, nesses diversos setores da vida (humana) e das lutas sociais, produzir entendimento é um projeto em construção sempre, civilizatório, portanto. Inclusive até mesmo entre nós, do mesmo campo de esquerda, do mesmo setor, que parece que estamos em mesma linguagem e narrativas, mas que não é bem assim. Até nisso, residem diferenças, oposições e antagonismos. Novamente volto à Agamben, e ao que ele denomina de vida nua, “aquela que qualquer um pode tirar sem cometer homicídio ou aquela que qualquer um pode levar à morte, em que pese seja insacrificável”. Ou mesmo reatualizando Foucault, no que chamou de “os anormais”. Ou ainda conforme Butler, sobre “corpos que ainda importam”, quando afirma que nós presumimos que quando nós defendemos certos direitos, ou que nos opomos a certos tipos de violências, que todas as pessoas compreendem “quem” são as pessoas que são afetadas, potencial ou efetivamente por esses direitos e

essas violências que a vida expõe à morte, seja física, ou simbólica. Mas quem somos nós? Diria Butler! É necessário rever muitos discursos, muitos ditos e feitos. Contudo, estamos todos objetos dessa biopolítica, uns mais, outros menos, o império nos regula, nos mata, visivelmente ou silenciosamente. Expressões dos genocídios, indígenas e negros, dos feminicídios, dos assassinatos de LGBT, da periferia, das favelas, etc. é a radicalidade de que vidas não importam. Quando tive um familiar assassinado, com 14 anos de idade, por três assassinos, em São Gonçalo, comecei um processo de luta por justiça junto aos meus familiares, mas é uma luta solitária, apesar de vários apoios e solidariedades, e essa trajetória mostrou que o próprio processo civilizatório que vivenciamos está em questão. Está em questão a ética, apesar, como disse, dos apoios e solidariedades; estão em questão as instituições públicas democráticas que criamos e legitimamos, pois os seus ocupantes, uns eleitos por nós, e outros não tanto, decretam, legislam e julgam em cima de premissas que contestamos enquanto um projeto de sociedade, de princípios éticos de sociabilidade e de convivência civilizatória. Por uma vida não fascista, diria Foucault.

EP – Que estratégias de resistência você considera que podem ser mobilizadas diante desses acontecimentos?

Penso que estamos em diversas frentes de resistência, múltiplos campos de luta, diria que estamos em uma guerra literalmente, seja na micro ou na macropolítica, e que o "inimigo" tem usado de todas as armas. Mas tenho observado que somos os mesmos e poucos em tantos lugares e frentes. Não sei se minha impressão é verdadeira, mas é isso que tenho constatado. Por estar em diversos espaços de militância, em diversos setores das lutas sociais, tenho visto uma mistura de resistência e esperança, tenho visto potências em pequenas expressões, mas sem querer ser pessimista, mas ainda na garra do otimismo da prática, seja essa qual for, profissional, cidadã, religiosa etc, tenho visto e tenho me inserido nessas pequenas expressões. Lembro que no tempo da Ditadura Civil-Militar, nosso foco era o trabalho por base, pelas bases, de baixo pra cima. Percebo que estamos nesse movimento, até porque temos visto ruir premissas generalistas, históricas, que também acreditávamos. É preciso, hoje, reinventar. Não a roda, esta está aí. Mas as formas de luta, de agenciar coletivos, diferenças, sujeitos. O ataque é frontal, às vezes particular, por segmentos, e tenho sentido ausência de um aglutinador de forças, orgânico, plural, mas percebo que é por isso que as articulações têm se dado de outra forma, mais afetivas, entre muitos na multidão, mas agenciando enunciações coletivas, não necessariamente harmônicas e rigorosas, burocráticas por certo modo. Mas respeitando formas de diferenças, acolhendo alteridades, uma frente, diria. Vejo setores antes que não se organizavam e que não estavam presentes em partidos e hoje estão presentes na

esfera pública na luta por democracia com suas bandeiras e pluralidades de (r)existência. Isso é novo, são outras estratégias, algumas se dão de forma articulada, outras não, mas o embate é esse, e criar as formas potentes de resistir é múltiplo, é cansativo, às vezes vemos a história se repetir, mas como cantava Milton (na letra de Chico e Pablo Milanês, em "Cancion Por La Unidad de Latino América") "a história é um carro alegre, cheio de um povo contente, que atropela indiferente todo aquele que a negue. É um trem riscando trilhos, abrindo novos espaços, acenando muitos braços, balançando nossos filhos". Vamos (r)existir com ternura!

EP – Conte-nos um pouco sobre sua vasta experiência no campo da formação de profissionais e quais efeitos pode produzir na criação de novos espaços de resistências?

Está aí uma coisa que acredito e muito, a formação. Mas não uma formação deslocada do mundo do trabalho, restrita ao mundo das ideias, das elaborações deslocadas da realidade social. É bem ao contrário disso. Desde que exerço a docência, no ensino, na pesquisa e na extensão, e isso já tem 30 anos, sempre trabalhei na perspectiva dessa indissociabilidade, como na pesquisa-intervenção, formação-pesquisa e na formação pelo trabalho para e na saúde mental e drogas. Meu envolvimento não se dá somente com os alunos de graduação, residência e pós-graduação em sala de aula, mas nos cenários do trabalho profissional, nos serviços de saúde, com os profissionais, ora denominados de supervisores, ora de preceptores. São diversos os agentes do processo de educação, o professor, os alunos, estagiários, pesquisadores, residentes, e os técnicos. É nisso que acredito, numa formação pelo quadrilátero – ensino (ensino-pesquisa-extensão), gestão, atenção (trabalho em saúde) e controle social, nos dizeres de Ceccim e Feuerwerker, "a partir de uma prática em experimentação como política de educação para o Sistema Único de Saúde, formular uma teoria-caixa de ferramentas que permita a análise crítica da educação que temos feito no setor da saúde e a construção de caminhos desafiadores". A imagem do quadrilátero da formação serve à construção e organização de uma gestão da educação na saúde integrante da gestão do sistema de saúde, redimensionando a imagem dos serviços como gestão e atenção em saúde e valorizando o controle social. E por certo, integrando ensino-serviço-comunidade, ou de outra forma, mais contemporânea, que temos investido, formação-rede-território. Esse tem sido um espaço rico, múltiplo, plural e potente de fazer resistência, criar metodologias, produzir sobre as realidades experimentadas e vivenciais no trabalho em saúde, feito entre muitos, com outros saberes, produzindo novos conhecimentos, arriscando pensar e agir, como de outras formas de militância política, profissional e acadêmica. O campo da saúde mental e drogas favorece essa lógica que persistimos em

trilhar, pelo aspecto interdisciplinar, pela politização, pela singularidade dos seus usuários, pela potência dos dispositivos territoriais, pela circulação na cidade, pela garra na criatividade, pela força que nos une na defesa da vida, por uma sociedade sem manicômios, sem aprisionamentos, sem isolamentos, sem hierarquias de opressões, pois somos e estamos todos, em um processo de ensino-aprendizagem permanente e em movimento constante de fazer o trabalho cotidiano do cuidar de si e do outro em tempos sombrios como esse que estamos (r)existindo.

DOI 10.12957/rep.2017.30411



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.